



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

## DIÁRIO inconveniente

# Testes, testes, dinheiro, dinheiro, agilizar, agilizar

Há muita gente que parece não ter percebido ainda a dimensão da crise que vamos enfrentar, nem a sanitária, muito menos a económica.

É ver a irresponsabilidade de muita gente, que não obedece às instruções e conselhos oficiais, enquanto outros vão entrando por aí adentro, provando que estamos a apanhar com o vírus devido às portas entreabertas que a irresponsabilidade política permitiu.

Passada a primeira semana é bem notório que, apesar de tudo, estamos ainda bafejados pela sorte, por não ter acontecido uma corrente de transmissão local que pudesse descontrolar a propagação.

Está na hora de começarmos a agilizar mais o sistema até agora montado e tentar reduzir, pelo menos, tanta gente em estado de observação, em número já considerável e que devia ser submetida a testes rápidos.

Para isso são precisos mais testes: teste, testes, testes, como tem apelado a Organização Mundial de Saúde, dando o exemplo de países que estão a fazê-lo em massa e com óptimos resultados, como a Coreia do Sul, os Emiratos e a Islândia.

Portugal já se apercebeu e encomendou 280 mil testes rápidos para os próximos dias, como anunciou o primeiro-ministro, pelo que está na hora, também, de abrimos o leque na região.

Há empresas e farmacêuticas nos Açores que já adquiriram testes rápidos, pelo que manter a centralização das análises apenas no Hospital da Terceira poderá não ser aconselhável.

Não é uma questão da capacidade instalada, que o laboratório em Angra dá conta do recado, trata-se apenas de alargar o cerco e massificar os testes rápidos noutras ilhas, mesmo aos assintomáticos.

Quanto aos que continuam a chegar pela porta da "continuidade territorial", imposta por gente irresponsável como Marcelo, António Costa e, ao que parece, pelos "representantes dos croquetes", que até já viajam de Falcon para não se misturarem com a população, devíamos seguir o exemplo da Madeira.

Todos os passageiros que chegam deviam ser encaminhados para uma unidade hoteleira e serem obrigados a cumprir os 14 dias de quarentena, impondo-se, assim, uma contenção na cadeia de transmissão.

Os bons exemplos são para se copiar.

Quando ao resto, é confiar nos profissionais de saúde, que estão a fazer um excelente trabalho, apesar das dificuldades no acesso a equipamentos e recursos, sobretudo para se protegerem.

Agora vamos à economia.

O núcleo de economistas da Católica acaba de desenhar os cenários possíveis para o país e nenhum deles é bom: se a crise durar 3 meses o PIB cai 10%; se for 6, a economia contrai 20%. O desemprego subirá, nestes cenários, para 10,4% ou 13,5%, respectivamente.

Ora, sabendo-se que a economia açoriana é mais frágil e se robustecia, ultimamente, no turismo, o cenário na região será muito pior.

A economia vai sofrer uma contracção brusca e forte e o desemprego vai aumentar, sendo que o cenário piora ou melhora conforme as medidas que o governo for tomando.

Mesmo que a crise sanitária seja por pouco tempo - o que não parece - a económica será duradoura, muito pior do que a de 2008.

Ainda de acordo com o mesmo estudo, "os únicos sectores da economia com alguma protecção do emprego e rendimento são as administrações públicas, as franjas delas dependentes e os sectores considerados estratégicos no abastecimento de bens e serviços essenciais e a sua logística".

É, por isso, que urge injectar dinheiro nas empresas e nas famílias.

Não vamos lá apenas com moratórias. São paninhos quentes.

Na crise de 2008 o governo de Sócrates também propôs moratórias, mas sob muitas condições e regras, fazendo com que praticamente ninguém recorresse às linhas de crédito.

Quer a banca e o governo repetir a dose?

Há muitas empresas e famílias que ainda estão a pagar as consequências da crise financeira de 2008. Mandá-las contrair mais dívida é um absurdo. Endividamento em cima de endividamento é asneira da grossa.

Vamos aguardar o que esta semana vai anunciar o governo da República e a banca, depois do Banco Central Europeu ter dado autorização para os bancos avançarem com propostas mais acessíveis.

Suspender as prestações de crédito é uma prioridade absoluta nesta fase, para aliviar as famílias, sobretudo as que vão sentir mais rapidamente a perda de rendimentos.

Esta é, igualmente, uma boa oportunidade para o Governo Regional e as empresas públicas pagarem as dívidas em atraso aos fornecedores.

Devemos copiar e acrescentar a nossa parte, como já foi anunciado pelo Governo Regional, mas utilizando medidas adicionais mais fortes e não tão tímidas como as anunciadas pelo Vice-Presidente, porque não dão para meia missa.

Se a hotelaria vai perder, até ao final do ano, 400 milhões de euros, junte-se a isto as outras actividades que dependem, directa e indirectamente do sector, como a restauração, o pequeno comércio, as empresas de animação turística, as rent a car, os táxis, os transportes colectivos, aéreos e marítimos, e não andaremos muito longe dos mil milhões de euros.

Agora, junte-se ainda os prejuízos na agricultura, nas pescas, no comércio, na indústria transformadora, na construção civil e outras actividades de produção. Será um rombo monumental.

Há países em que os governos estão a pagar 80 ou 90% dos salários dos trabalhadores, pelo que os 66% no nosso sistema, mais o adicional regional, não motivam nenhum empresário, sobretudo com as condições impostas.

Foi por isso que a Madeira criou uma linha de crédito regional de apoio à tesouraria das empresas no valor de 100 milhões de euros, para injectar já, à taxa de juros de 0% e com um período de carência de capital de 1 ano.

A linha de 200 milhões criada pelo Governo da República e que o Governo dos Açores também a adoptou, não vai beneficiar ninguém, a não ser - mais uma vez - a banca, que se financia lá fora à taxa negativa de 0,75% e depois oferece às empresas um spread de 2 a 3%.

A ganância, como todos sabemos, nunca foi boa conselheira...

Ainda na Madeira, que já vai muito à frente, haverá isenção nos próximos 3 meses do pagamento de rendas de espaços do governo e de entidades públicas e a suspensão temporária, durante o mesmo período, de pagamentos de planos prestacionais de regularização de dívidas à segurança social.

Para as famílias, haverá isenção de rendas de habitação social e criação de um fundo de emergência para apoio social, destinado às famílias mais carenciadas, de 5 milhões de euros.

Em Abril, ninguém pagará creches e escolas, públicas ou privadas, para além da isenção de pagamento, este mês, de água e luz.

Por cá o Governo dos Açores apenas dá uma moratória para não haver corte de luz, quando devia, no mínimo, copiar a Madeira, ou propor à ERSE baixar o preço da electricidade, temporariamente.

É preciso apoiar, por outro lado, o pagamento de contribuições fiscais, em vez de moratórias, baixar o preço dos combustíveis e avançar com um plano de investimento público em força.

A nossa região gaba-se muito de possuir uma das melhores redes de apoio social do país. Pois bem, está na hora de colocar toda esta capacidade ao serviço dos idosos das nossas ilhas, que são os mais desprotegidos nesta pandemia.

É preciso criar uma forte cadeia de apoio aos idosos, quer estejam em casa, nos lares ou noutras instituições, bloqueando o contacto deles com o exterior, a não ser para o estritamente urgente.

Vai custar a muitas famílias, mas este cordão sanitário é essencial para as suas vidas e será uma medida temporária. É como se fôssemos de férias, por algum tempo, para fora da ilha e deixássemos atrás os nossos pais e avós.

Talvez seja uma excelente oportunidade para incentivar os idosos a utilizarem as novas tecnologias, mantendo-se em contacto permanente com os familiares através das plataformas digitais.

Há um vasto campo de intervenção social, incluindo a entrega de refeições aos mais carenciados, que é preciso pôr já em execução.

É, muito sinceramente, o nosso governo parece muito parado, quase de quarentena, enquanto os outros, lá fora, anunciam todos os dias medidas de apoio e protecção aos seus cidadãos.

Nestes dias precisamos de um governo de combate, que não se esconda nas trincheiras e avance para a frente da batalha armado de bazuca e não de espingarda. Só assim derrotaremos o inimigo.

Também há que dizer que, nós, os cidadãos soldados, devemos seguir os generais e ajudá-los a derrubar o inimigo. Mas também devemos ser recompensados por isso e não servir apenas de carne para canhão. A recompensa são as medidas de apoio social e económico, indispensáveis para manter o funcionamento normal da sociedade.

Há que criar um gabinete de crise que ajude os empresários e as famílias a aceder a todas as medidas com a maior rapidez possível.

Ou seja: agilizar, agilizar, agilizar, em vez da burocracia do costume que empata a economia e deixa toda a gente com uma enorme carga de nervos, a juntar-se aos que já estão à flor da pele devido à angústia de como vão ser os meses seguintes.

Haja coragem... e pé ligeiro.